



Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO - 0002958-80.2023.2.00.0000**
Requerente: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**
Requerido: **ANDREA SCHWARZ DE SENNA MOREIRA**

QUESTÃO DE ORDEM. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR CONTRA MAGISTRADA. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INSTRUÇÃO POR 140 DIAS. SEGUNDA PRORROGAÇÃO. MANUTENÇÃO DO AFASTAMENTO CAUTELAR DAS FUNÇÕES. ART. 14, § 9º, DA RESOLUÇÃO CNJ N. 135/2011.

ACÓRDÃO

O Conselho, por unanimidade, prorrogou o prazo de instrução do processo administrativo disciplinar por mais 140 dias, a contar de 8/2/2024, com manutenção do afastamento cautelar da magistrada, nos termos do voto da Relatora. Presidiu o julgamento o Ministro Luís Roberto Barroso. Plenário Virtual, 26 de abril de 2024. Votaram os Excelentíssimos Conselheiros Luís Roberto Barroso, Luis Felipe Salomão, Caputo Bastos, José Rotondano, Mônica Autran, Alexandre Teixeira, Renata Gil, Daniela Madeira, Giovanni Olsson, Pablo Coutinho Barreto, João Paulo Schoucair, Marcos Vinícius Jardim Rodrigues, Marcello Terto, Daiane Nogueira e Luiz Fernando Bandeira de Mello.



Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO - 0002958-80.2023.2.00.0000**
Requerente: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**
Requerido: **ANDREA SCHWARZ DE SENNA MOREIRA**

RELATÓRIO

Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar instaurado por determinação do Plenário deste Conselho, **com afastamento das funções**, em face da Juíza do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, **ANDREA SCHWARZ DE SENNA MOREIRA**, no qual se apuram indícios de violação, em tese, dos artigos 35, incisos I, da Lei Complementar n. 35/79; 1º, 8º, 24 e 25, do Código de Ética da Magistratura Nacional e 319 do Código Penal, em razão de sua suposta suspeição para a condução da arrematação determinada, nos autos da Reclamação Trabalhista n. 0085800-84.2009.5.05.0561, bem como possível existência de vantagem auferida.

O Parquet requereu acesso à integralidade do Inquérito Judicial n. 0002661- 20.2019.4.01.0000, de relatoria do Desembargador Cândido Ribeiro, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que trata da mesma conduta analisada nestes autos. Na impossibilidade, requereu o acesso à cópia do referido inquérito gravada no bojo da Reclamação Disciplinar n. 0001255-90.2018.2.00.0000 (id. 5150829).

A defesa alegou os seguintes pontos preliminares: a) necessidade do presente PAD tramitar em segredo de justiça; b) cerceamento do direito à ampla defesa, em razão de não ter tido acesso a determinados documentos; c) ausência de parecer prévio do Parquet; d) extensão da rejeição de denúncia na ação penal à esfera administrativa; e) vedação ao *bis in idem*, por supostamente terem sido analisados os fatos aqui relatados; f) impossibilidade de exame do ato judicial praticado pela magistrada. Pugnou, ainda, pela juntada dos votos prolatados pelos desembargadores no julgamento da rejeição da denúncia ofertada nos autos do Inquérito Judicial n. 0002661- 20.2019.4.01.0000 e a oitiva das testemunhas elencadas.

No mérito, defendeu a inexistência de conduta violadora dos dispositivos da Lei Complementar n. 35/79 (id. 5169226).

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) requereu sua habilitação no feito como terceira interessada (id. 5160724), o qual restou atendido (id. 5205096).

Em 4/7/2023, indeferiu-se o pedido formulado pela defesa quanto ao sigilo dos autos.

Foi solicitado ao Ministro Corregedor Nacional de Justiça o acesso integral aos autos da Reclamação Disciplinar n. 0001255-90.2018.2.00.0000 (id. 5205096), o que ocorreu em 1/8/2023 (id. 5234061).

O MPF requereu diligências complementares a respeito dos fatos aqui apurados (id. 5257675). A documentação pleiteada foi oportunamente colacionada aos autos (ids. 5277386 e 5279956).

Em 20/9/2023, o prazo de tramitação do PAD foi prorrogado por 140 dias (id. 5295260), decisão ratificada pelo Plenário do CNJ, em 10/10/2023 (id. 5320379).

Em 16/10/2023, a defesa requereu a revogação da cautelar de afastamento da magistrada requerida (id. 5325054), pedido rejeitado pelo Plenário, em sede de questão de ordem, conforme acórdão de id. 5364734.

Em 6/12/2023, realizou-se a primeira parte da audiência de instrução. Em continuidade, ouviu-se testemunha remanescente e procedeu-se ao interrogatório da requerida Andrea Schwarz de Senna Moreira,

em 6/2/2024, cujas oitivas foram disponibilizadas no PJeMídias (<https://midias.pje.jus.br/midias/web/00029588020232000000>).

Encerrou-se a fase instrutória, seguida da intimação do Ministério Público Federal razões finais.

É o relatório.



Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO - 0002958-80.2023.2.00.0000**
Requerente: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**
Requerido: **ANDREA SCHWARZ DE SENNA MOREIRA**

VOTO

O primeiro período de 140 dias previsto no § 9º do art. 14 da Resolução CNJ n. 135/2011 transcorreu em 19/9/2023. Assim, o Plenário aprovou a prorrogação da tramitação do PAD por mais 140 dias, com manutenção do afastamento cautelar das funções.

A despeito do regular processamento, não foram suficientes para o deslinde do Processo Administrativo Disciplinar os 140 dias adicionais, anteriormente autorizados. Desse modo, indispensável a prorrogação do prazo para a conclusão do feito.

Saliente-se a permanência das razões que deram ensejo ao afastamento do magistrado das funções, assim explicitadas na abertura do PAD:

“Com efeito, verifica-se que as condutas supostamente praticadas maculam a confiança da sociedade no Poder Judiciário, e se traduzem em expressão que não se coaduna com a idoneidade que o exercício do poder jurisdicional deve transparecer. A intensa veiculação dos fatos à época e a delonga no desfecho do caso só vem a corroborar tal necessidade, na medida em que se observa a manutenção do exercício da atividade pela magistrada na mesma unidade em que praticadas as condutas.

Assim, determino o afastamento do magistrado do exercício de suas funções judicantes, na forma do art. 15, caput da Resolução 135/11, c/c art. 27, §3º da LOMAN, até o final das investigações concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar correspondente”. (id. 5132210, p. 32).

Ante o exposto, nos termos do § 9º do art. 14 da Resolução CNJ n. 135/2011, proponho a prorrogação do prazo de instrução do presente Processo Administrativo Disciplinar por mais 140 dias, a contar de 8/2/2024, com manutenção do afastamento cautelar da magistrada **ANDREA SCHWARZ DE SENNA MOREIRA**.

É como voto.

Conselheira **Renata Gil**

Relatora



Assinado eletronicamente por: **RENATA GIL DE ALCANTARA VIDEIRA**

09/05/2024 16:01:27

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **5556857**



24050916012744500000005042110